

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026		Data de Abertura: 19/05/2026 às 09:00h www.gov.br/compras/pt-br	
Nº do Pregão no compras.gov.br: 90007/2026		UASG: 925316	Nº Processo 55000.002339.2026-80
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ESTRUTURAÇÃO DE REDE DE INFORMÁTICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB. CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO ANEXO I DESTE EDITAL, ATRAVÉS DO CONVÊNIO 962464/2024 FIRMADO ENTRE O FNDE E A UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB, E TAMBÉM RECURSOS PRÓPRIOS DA INSTITUIÇÃO.			
Órgão: UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB			
Valor Estimado: R\$ 5.329.817,10 (cinco milhões trezentos e vinte e nove oitocentos e dezessete e dez centavos).			
Classificação Orçamentária: 35204.12.364.5006.4502.33.90.30 - 35204.12.364.5006.4502.44.90.52 - F 570 e F 500			
Modo de disputa: ABERTO		Critério de Aceitabilidade de Preços: MENOR PREÇO	
Publicações: O resumo deste Edital será publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba, no jornal A União, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no site da UEPB (www.uepb.edu.br) e no portal da Central de Compras do Estado da Paraíba.			
Informações: O Edital e seus anexos estão disponíveis para download no site da UEPB (www.uepb.edu.br), no portal da Central de Compras do Estado da Paraíba ou no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).			
DESTAQUES			
ATENÇÃO!			
A prática de condutas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021 poderá acarretar a instauração de procedimento administrativo de apuração de responsabilidade para aplicação das sanções legais.			
No procedimento licitatório em tela, o lance deverá ser ofertado pelo VALOR GLOBAL do Lote.			
Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e seus anexos e alertamos para o acompanhamento do andamento do certame e quanto à necessidade de cautela quando da apresentação das propostas, cuidando para que não ocorra desconexão, nem deixem de atender as solicitações da (o) Pregoeira(o), a fim de evitar a prática de condutas que poderá acarretar na aplicação das sanções previstas.			

EDITAL DE LICITAÇÃO – PE 90007 / 2026

COMPRAS – REGISTRO DE PREÇOS

MODALIDADE: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/ 2026**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**

MODO DE DISPUTA: **ABERTO**

PROCESSO Nº: **55000.002339.2026-80**

ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: A PARTIR DA DIVULGAÇÃO DO EDITAL **ATÉ ÀS 08h DO DIA 19/05/2026.**

ABERTURA DAS PROPOSTAS: **19/05/2026.**

HORA: **08h**

DATA DO PREGÃO: **19/05/2026**

HORA: **09h**

LOCAL(sítio): **www.gov.br/compras/pt-br**

1. PREÂMBULO

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA-UEPB, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação — CPL realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na sala de licitação, localizada na Av. Dr. Francisco Pinto, nº 734, 1º. Andar, Bairro Universitário, Campina Grande - PB, torna pública a licitação, na modalidade **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS**, na forma **ELETRÔNICA**, modo de disputa **ABERTO** com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM**. O procedimento licitatório será regido nos termos da Lei Nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, Decreto Estadual nº 43.759/2023, Decreto Estadual nº 42.967/2022 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

2 - DO OBJETO

2.1- REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ESTRUTURAÇÃO DE REDE DE INFORMÁTICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB. CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO ANEXO I DESTES EDITAIS;

2.2- A licitação será realizada em um único LOTE, formado por 10 (dez) itens, conforme anexo I do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que compõem o referido lote;

2.3- O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto;

2.4- Ocorrendo diferenças entre as especificações dos objetos licitados descritas no presente Edital e a descrição publicada no sistema eletrônico www.gov.br/compras/pt-br, prevalecerão as constantes deste Edital, publicado no endereço eletrônico www.uepb.edu.br;

2.5- As empresas interessadas deverão ter pleno conhecimento dos termos constantes deste Pregão Eletrônico e das condições gerais e particulares do objeto da licitação, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e do integral cumprimento do contrato;

2.6- O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021;

2.7- O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1- O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela Internet, no sítio www.gov.br/compras/pt-br; -

3.2- O referido sistema eletrônico utilizará recursos de criptografia e de autenticação que assegurem condições adequadas de segurança em todas as etapas do certame.

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1- Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras);

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.1.2. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.1.3. Será permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, nos termos e condições descritos no art. 15, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2- O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

4.3- É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

4.4- A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação;

4.5- Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006;

4.5.1- A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.6- Não poderão disputar esta licitação:

4.6.1- Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.2- Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.6.3- Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.6.4- Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, especialmente a inscrita no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAFILPB, conforme a Lei nº 9.697/2012;

4.6.5- Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que

desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.6.6- Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.6.7- Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6.8- Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.6.9- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.6.10- Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.7- O impedimento de que trata o item 4.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

4.8- A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.6.2 e 4.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;

4.9- Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

4.10- O disposto nos itens 4.6.2 e 4.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução;

4.11- Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.12. A vedação de que trata o item 4.6.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1- Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento;

5.2- Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública;

5.3- Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no item 9.1.1 deste Edital;

5.4- No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5- O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.6- O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021;

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7- A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital;

5.8- Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;

5.9- Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances;

5.10- Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances;

5.11- Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12- O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

5.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.13- O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno;

5.14- Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda

de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;

5.15- O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1- O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor **UNITÁRIO** e **TOTAL** do lote.

6.2- Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante;

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3- Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

6.4- Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

6.5- Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses;

6.6- Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

6.7- Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional;

6.8- A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;

6.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação;

6.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas aplicáveis ao Estado da Paraíba, ou preço máximo estabelecido no anexo I do Termo de Referência, se for o caso, quando participarem de licitações;

6.8.2.1. As ofertas dos licitantes não poderão ultrapassar o limite dos preços unitários apurados pela UEPB, estabelecidos no anexo I do Termo de Referência;

6.8.2.2. Será desclassificada a proposta que apresentar preços superiores ao valor máximo orçado pela Administração, **considerando-se, obrigatoriamente, o limite máximo por item e, quando for o caso, por lote**, nos termos do art. 19 do Decreto Estadual nº 43.759/2023.

6.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Anexo I do Termo de Referência.

6.9- O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71 da Constituição Federal e/ou Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.10- Após a fase de lances, quando solicitado pelo pregoeiro, o licitante mais bem classificado deverá enviar a proposta adequada ao último lance ofertado;

6.11- As especificações dos itens do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital em nenhum momento serão substituídas pelas descrições resumidas, constantes na Relação de Itens divulgada no site www.gov.br/compras. Em caso de divergência nas especificações dos itens, prevalecerão as do Anexo I deste Edital.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1- A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital;

7.2- Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até o horário da abertura das propostas**;

7.3- O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes;

7.4- Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro;

7.5- O Preço do item/lote a ser incluído pelo Licitante no sistema eletrônico refere-se ao **VALOR GLOBAL DO LOTE** para a composição do valor, com aproximação de, no máximo, duas casas decimais em algarismo;

7.6- Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

7.7- O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

7.8- O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser no mínimo de 1% (um por cento);

7.9- O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível;

7.10- Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações;

7.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública;

7.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

7.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação;

7.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações;

7.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.11- Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores;

7.12- Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

7.13- Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante;

7.14- No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances;

7.15- Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação;

7.16- Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta;

7.17- Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada;

7.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

7.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

7.17.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

7.18- Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.18.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.18.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.18.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.18.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.18.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado da Paraíba;

7.18.2.2. Empresas brasileiras;

7.18.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.18.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.19- Será admitida a previsão de preços diferentes conforme os critérios previstos no art. 21, III, do Decreto Estadual nº 43.759, de 2023, nas seguintes hipóteses:

7.19.1. quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;

7.19.2. em razão da forma e do local de acondicionamento;

7.19.3. quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;

7.19.4. por outros motivos justificados no processo.

7.20- Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1- Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 5.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas — CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

8.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

8.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:14831188675546::::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO);

8.1.6. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitare e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFILPB (<http://www.cge.pb.gov.br/site/imagens/gsc/cafil-pb.pdf>).

8.2- A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992;

8.3- Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput);

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º);

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º);

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação;

8.4- Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.5.1 e 5.6 deste edital;

8.5- Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 08 de novembro de 2023.

8.6- O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, certificação do produto ofertado, caso o fabricante tenha aderido à certificação voluntária previstas na Portaria INMETRO nº 304, de 2023, ou comprovação, por qualquer meio válido, notadamente laudo pericial, de que o produto possui segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente àquela necessária para a certificação na forma da Portaria INMETRO nº 304, de 2023 (Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, pág 228).

8.6.1. Selecionada a proposta, antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada (Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, pág 228);

8.6.2. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada. Antes de desclassificar a proposta, a Administração contratante deverá apresentar razões técnicas quanto à inadequação do produto ofertado, assegurado o direito de manifestação do licitante vencedor (Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, pág 228-229).

8.7- Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8- No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9- Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10- Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11- Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado o disposto nos arts. 33 e 34 (Instrução Normativa - SEAD Nº 005 DE 08/11/230), à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital.

8.11.1. Desde que previsto no edital, o órgão ou entidade promotora da licitação poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico;

8.11.2. O edital de licitação deverá estabelecer prazo de no mínimo duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado.

8.11.3. A prorrogação de que trata o item 8.11.2, poderá ocorrer nas seguintes situações:

8.11.3.1. por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou

8.11.3.2. de ofício, a critério do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata o caput.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1- Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e/ou SIREF/PB (Certificado Estadual de Cadastramento e Habilitação - CECH), nos documentos por ele abrangidos.

9.2- Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre;

9.3- Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia digital;

9.4- Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021;

9.5- Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);

9.6- Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

9.7- O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

9.8- A habilitação será verificada por meio do SICAF e/ou SIREF/PB, nos documentos por ele abrangidos.

9.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º);

9.9- É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput);

9.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.10- A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 48 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro;

9.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de

habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 08 de novembro de 2023.

9.11- A verificação no SICAF e/ou SIREF/PB ou a exigência dos documentos nele(s) não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

9.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.12- Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e Instrução Normativa SEAD nº 005, de 2023, art. 39, §4º):

9.12.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.13- Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação;

9.14- Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.10.1;

9.15- Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior;

9.16- A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015);

9.17- Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.18- Relativos à Habilitação Jurídica:

Prova de atendimento aos seguintes requisitos:

- a. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>;
- d. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal — SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- f. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- i. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf — DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021;
- j. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS — CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);
- k. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.19- Relativos à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- h. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.20- Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

- a. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- b. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- c. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- c.1. A análise da situação financeira do licitante será avaliada pelo(s) Índice (s) de Solvência Geral (SG), Liquidez Geral (LG), e Liquidez Corrente (LC), maiores ou iguais a 1 (um), resultantes

da aplicação da(s) fórmula(s) abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial, cujo cálculo, devidamente assinado pelo Contador ou Técnico, deverá acompanhar o Balanço Patrimonial.

$$SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

$$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

$$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

c.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

c.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

c.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;

d. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente;

e. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

f. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.21- Relativos à Qualificação Técnica:

9.21.1. Conforme previsão expressa no Termo de Referência deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

a.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a.1.1. As empresas participantes deverão apresentar atestados de serviços prestados, seja no âmbito público ou privado, que represente o **quantitativo mínimo de 30% (trinta por cento)** do item correspondente em que for disputar.

a.2. A exigência de atestados será restrita as parcelas de valor significativo, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

a.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

a.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

a.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

a.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

a.7. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

b. Só será admitida a oferta dos itens referentes ao Anexo I do Termo de Referência que cumpra os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 304, de 2023 do INMETRO (Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, pág 228).

c. Conforme previsão expressa no decorrer do item 8 do Termo de Referência, o licitante deverá apresentar as documentações necessárias.

9.22- Havendo a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

a. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

b. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

c. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

- d. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- e. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- f. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e
- g. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.23- Documentos Complementares:

- a. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, conforme modelo anexo a este edital;
- b. DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS, conforme modelo anexo a este edital;
- c. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, conforme modelo anexo a este edital;
- d. DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme modelo anexo a este edital;
- e. DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO, conforme modelo anexo a este edital;
- f. DECLARAÇÃO DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E REABILITADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, conforme modelo anexo a este edital.

9.24- Havendo a participação de consórcio, será exigida a seguinte documentação complementar:

- a. Considerando a permissão de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- b. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

c. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

c.1. Designação do consórcio e sua composição;

c.2. Finalidade do consórcio;

c.4. Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

c.5. Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

c.6. Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;

c.7. Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase do procedimento de dispensa eletrônica quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

c.8. Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na dispensa eletrônica e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

c.9. Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem;

d. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;

e. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei federal nº 14.133/2021;

f. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1- Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de

Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021;

10.2- O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3- A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sítio eletrônico da UEPB: <https://uepb.edu.br/proad/pregao-eletronico/>

10.3.1 A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo (prorrogável) estabelecido neste Edital, ensejará a aplicação de penalidades.

10.4- Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições;

10.5- A(s) Ata(s) de Registros de Preços com os preços registrados e fornecedores serão divulgadas no sítio eletrônico da UEPB e no PNCP, disponibilizada(s) durante a vigência da ata de registro de preços;

10.6- A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada;

10.7- Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado;

10.8- A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado da Paraíba - DOEPB, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

10.8.1. Haverá renovação dos quantitativos a serem adquiridos quando ocorrer a prorrogação da vigência da ata de registro de preços.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1- Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

11.2- Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado;

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3- A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 45 e 46 do Decreto Estadual nº 43.759/2023.

11.4- Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1- A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.2- O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata;

12.3- Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

12.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento;

12.4- Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema;

12.5- O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

12.6- Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7- O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

12.8- O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

12.9- O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento;

12.10- Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://uepb.edu.br/proad/pregao-eletronico/>.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1- Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.5. Fraudar a licitação;

13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

13.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2- Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. Advertência;

13.2.2. Multa;

13.2.3. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba;

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3- Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4- A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.2.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5- As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;

13.6- Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

13.7- A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

13.8- Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021;

13.9- A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou

entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 2023;

13.10- A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

13.11- Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

13.12- Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento;

13.13- O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

13.14- A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados;

13.15- A aplicação das sanções de que tratam os itens 13.7. e 13.8. importará na inclusão do licitante/contratado no Cadastro de Fornecedores Impedidos de licitar e Contratar com o Estado da Paraíba - CAFIL/PB.

14. DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

14.1- Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame;

14.2- A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame;

14.3- As impugnações e os pedidos de esclarecimentos poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: licitação@setor.uepb.edu.br;

14.4- As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5- Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1- O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados;

15.2- Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16. DO CONTRATO

16.1- Encerrado o procedimento licitatório, o processo será encaminhado a(o) Setor de Contratos da Pró Reitoria de Administração da Universidade Estadual da Paraíba, para a elaboração do respectivo Termo de Contrato, cujo adjudicatário será convocado para assinatura do contrato e terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, desde que obedecidas todas as exigências estabelecidas neste Edital, e de conformidade com a proposta aceita, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;

16.1.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração;

16.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de (02) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

16.2- Antes da assinatura do Contrato ou da emissão da Nota de Empenho, a contratante verificará as condições de habilitação e qualificação da contratada, bem como consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual — CAFILPB, devendo a comprovação da manutenção ser anexada ao processo;

16.3- Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do Contrato, não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o Contrato, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais;

16.4- O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. DO REAJUSTE DE PREÇOS

17.1- Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 04/03/2026;

17.2- Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA — Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após ocorrência da anualidade;

17.3- Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

17.4- No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s);

17.5- Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s);

17.6- Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

17.7- Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

17.8- O reajuste será realizado por apostilamento.

18. DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1- A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto no artigo 42 do Decreto Estadual nº 43.759, de 2023, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do artigo 42, inciso III desse Regulamento Estadual.

18.1.1. A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial.

18.1.2. A atualização anual dos preços registrados será feita de forma automática pela Administração com a aplicação do índice IPCA, tendo por termo inicial a data do orçamento

estimado e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de um ano será contado a partir da última atualização.

19. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

19.1- Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo deste Edital.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1- O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, conforme previsão do art. 41, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.

20.2- A comissão de contratação poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada no relatório de julgamento e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação, conforme previsão do art. 42, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.

20.3- Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que tratam os itens 20.1 e 20.2, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada no relatório de julgamento, conforme previsão do art. 43, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.

20.4- Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico;

20.5- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro;

20.6- Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF;

20.7- A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação;

20.8- As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

20.9- Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

20.10- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração;

20.11- O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público;

20.12- Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital;

20.13- O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico da UEPB;

20.14- O resultado desta licitação será divulgado no sítio eletrônico: <https://uepb.edu.br/proad/pregao-eletronico/>;

20.15- Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

Apêndice I – Tabela com itens a serem licitados;

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços;

ANEXO IV – Modelo de Proposta de Preço;

ANEXO V – Modelo de declarações.



Campina Grande - PB, 23 de abril de 2026.



Documento assinado digitalmente

JORGE RAFAEL MONTEIRO DE LIMA E SILVA

Data: 23/04/2026 09:07:53-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Jorge Rafael Monteiro de Lima e Silva

Mat. 107.282-0

Responsável pela elaboração do Edital



Documento assinado digitalmente

POLLYANNA XAVIER NUNES FRANÇA

Data: 23/04/2026 09:47:09-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Pollyanna Xavier Nunes França

Mat. 101.760-8

Responsável técnico pela revisão do Edital

ANEXO III

MINUTA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007 / 2026

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº: 55000.002339.2026-80

REGISTRO NA CGE Nº _____

ORGÃO GERENCIADOR: UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

A **UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**, gerenciador da ata de registro de preços, com sede na Rua das Baraúnas, 351, 3º. Andar, Universitário, Campina Grande-PB, inscrito no CNPJ sob o nº 12.671.814/0001-37, neste ato representado pelo **Profª. Drª. CELIA REGINA DINIZ**, nomeada pela Portaria nº 2.936, de 12 de novembro de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado da Paraíba de 13 de novembro de 2024 (Edição nº 18.229), considerando o julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007 / 2026**, para REGISTRO DE PREÇOS, processo administrativo n.º 55000.002339.2026-80, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Estadual nº 43.759, de 01 de junho de 2023, Decreto Estadual nº 42.967/2022, de 25 de outubro de 2023 e em conformidade com as disposições a seguir:

1- DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE INFORMÁTICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB**, especificado no Apêndice I do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 90007/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2- DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

DETENTORA DA ATA							
Razão Social:				CNPJ:			
Endereço: / CEP:							
Email: / Telefone:							
Representante Legal: (Cargo ou Função) - CPF nº							
ITEM	CÓD/ LOTE	DESCRIÇÃO	UND	QDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	MARCA
DETENTORA DA ATA:		X			TOTAL:		X

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente Registro de Preços consta como anexo a esta Ata.

3- ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a **UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**;

4- DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5- VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO DE RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado da Paraíba - DOEPB, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Haverá renovação dos quantitativos a serem adquiridos quando ocorrer a prorrogação da vigência da ata de registro de preços.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.1.4. A ata de registros de preços será considerada encerrada com o término de sua vigência ou quando todos os quantitativos registrados e limites permitidos para adesão forem utilizados.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. O registro a que se refere o inciso II do art. 26 do Decreto Estadual n.º 43.759, de 2023 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata.

5.5. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do art. 26 do Decreto Estadual n.º 43.759, de 2023, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

5.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no sítio eletrônico da Central de Compras do Estado da Paraíba e no PNCP e ficará disponível durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição ou contratação pretendida, desde que devidamente assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

6- ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7- NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Havendo a liberação do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.1.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Caso haja a redução do preço registrado, o gerenciador deverá comunicar aos órgãos e às entidades participantes para que avaliem a conveniência e a oportunidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. No caso do preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Para fins do disposto no item 7.2, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória e planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e em outras legislações aplicáveis.

7.2.3. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

7.2.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades participantes sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8- REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto no artigo 42 do Decreto Estadual nº 43.759, de 2023, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do artigo 42, inciso III desse Regulamento Estadual.

8.1.1. A revisão e a atualização anual dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial.

8.1.2. A atualização anual dos preços registrados será feita de forma automática pela Administração com a aplicação do índice IPCA/IBGE, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de um ano será contado a partir da última atualização.

9- REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante.

9.3. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.4. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

10- CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. O registro do licitante fornecedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:

10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

10.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

10.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,

10.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133 de 2021.

10.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 10.1.1, 10.1.2. e 10.1.4. será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.3. O cancelamento de registro na hipótese do subitem 10.1.2. será formalizado pelo órgão gerenciador a partir da informação da ocorrência, nos termos do Parágrafo único do art. 12 do Decreto Estadual nº 43.759, de 2023, pelo órgão ou entidade participante.

10.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

10.4.1. Por razão de interesse público;

10.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

10.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do § 3º do art. 43 e no § 4º do art. 44, ambos do Decreto Estadual nº 43.759, de 2023.

11- DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIII, do Decreto Estadual nº 43.759, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 12, Parágrafo único, do Decreto Estadual nº 43.759, de 2023).

11.3. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

12- CONDIÇÕES GERAIS

12.1. É de responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes, a gestão dos contratos decorrentes da ata de registro de preços e demais atos inerentes, desde a sua formalização até o processamento da despesa, em todas as suas fases, especialmente, o controle, inclusão e divulgação nos sistemas e órgãos pertinentes, em conformidade com as normas aplicáveis.

12.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma) via, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e Data

REPRESENTANTE LEGAL DO ÓRGÃO GERENCIADOR

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade e Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade e Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

ANEXO IV

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO

(em papel timbrado da licitante)

À Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

A Empresa _____,
CNPJ: _____, vem por meio da desta, ofertar Proposta de
Preço para contratação de _____.

1- OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

Razão Social:						
CNPJ:						
Endereço:						
Cidade:		Estado:		CEP:		
Contato:			E-mail:			
Nome do Representante Legal:						
RG:				CPF:		
ITEM	UNID	ESPECIFICAÇÃO	QDE	MARCA E MODELO	PREÇO UNIT.	PREÇO GLOBAL
1						

VALOR GLOBAL:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

VALIDADE DA PROPOSTA: 90 DIAS

Local e data.

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

REPRESENTANTE:

CPF:

ANEXO V – MODELO DAS DECLARAÇÕES

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO
AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

(papel timbrado da empresa)

DECLARO(AMOS), para os devidos fins, que tomei(amos) conhecimento de todas as informações constantes do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90007 / 2026** – UEPB / CPL.

Declaro(amos), ainda que atendemos a todas as exigências habilitatórias e que detenho(emos) capacidade técnico operacional (instalações, aparelhamento e pessoal) para fornecimento do(s) objeto(s) para o(s) qual(is) apresentamos proposta.

Local e Data,

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

- Nome ou razão social
- CPF/CNPJ
- Endereço, telefone e Fax
- Nome e identificação do representante legal.

DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

DECLARAÇÃO

(papel timbrado da empresa)

....., inscrito no CNPJ Nº, por intermédio do seu representante legal, Sr. (a), portador (a) de carteira de identidade Nº do CPF Nº.....DECLARA, que não tem contra si fatos impeditivos para sua habilitação ou que desabonem sua conduta, comprometendo-se a informar eventuais e futuras ocorrências neste sentido, sob as penas da lei.

Local e Data

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII
DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

D E C L A R A Ç Ã O

(papel timbrado da empresa)

Ref. (Identificação do licitante)

....., inscrito(a) no CNPJ Nº, por
intermédio do seu representante legal, o(a)
Sr.(a)....., portador(a) da carteira de
Identidade Nº.DECLARA, para fins do dispositivo no inciso V do art.
27 da Lei Nº 9.854 / 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de menor
aprendiz.

Local e Data,

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

**DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

(papel timbrado da empresa)

D E C L A R A Ç ã O

.....inscrita no CNPJ Nº

Por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)

Portador(a) da Carteira de identidade Nº..... e CPF

DECLARA, para os devidos fins legais ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos da legislação vigente.

Local e Data,

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO

(papel timbrado da empresa)

DECLARAÇÃO

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ Nº _____, sediada no seguinte endereço: _____, nº _____, CEP, Bairro, Cidade, por intermédio de seu representante legal, (Nome/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no inciso III, do art. 1º da lei Nº 8.124 / 2006 (alterada pela lei Nº 10.272 / 2014), QUE NÃO HÁ DENTRE OS SÓCIOS cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até terceiro grau, dos agentes públicos e políticos definidos no inciso I da referida lei, a seguir descritos: Governador do Estado, Vice-Governador do Estado e dos servidores investidos em cargos de Secretário de estado, Secretário Executivo ou equivalentes a estes, Gerências Executivas e Regionais de Áreas Finalísticas, além dos ocupantes de cargos de Direção superior, Diretoria de Sociedades de Economia Mista e de Gerências Executivas e Regionais ou equivalentes da Administração indireta, inclusive de Sociedades de Economia Mista.

Local e Data,

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

**DECLARAÇÃO DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E REABILITADOS DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL**

(papel timbrado da empresa)

D E C L A R A Ç ã O

A empresa (Razão Social da Licitante), inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no art. 116 da Lei Federal n.º 14.133/21, que durante a execução do contrato, cumprirá a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

Local e Data,

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO

COMPRAS - RP

PROCESSO Nº **55000.002339.2026-80**

SETOR REQUISITANTE: **PROPLAN**

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Aquisição de solução de rede, abrangendo switches de acesso e distribuição, transceivers ópticos e plataforma de gerenciamento centralizada on-premises, incluindo garantia on-site mínima de 5 (cinco) anos do fabricante, suporte técnico e treinamento especializado, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e em seu Anexo I.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, visto que se enquadram no conceito definido no art. 6º, inc. XIII, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 44.383, de 14 de novembro de 2023.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de fornecimento não contínuo, limitado ao prazo necessário para a entrega, instalação, configuração, treinamento e recebimento definitivo dos bens adquiridos.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de solução completa de rede, abrangendo o fornecimento, instalação e configuração de switches de acesso e distribuição, transceivers ópticos e plataforma de gerenciamento centralizado, a ser implementada em ambiente local (on-premises) e devidamente hospedada na infraestrutura tecnológica da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

3.2. A solução deverá contemplar não apenas a entrega de equipamentos, mas também a garantia da operação durante todo o ciclo de vida do objeto, incluindo:

- *Aquisição e instalação física dos equipamentos, observando padrões técnicos e de infraestrutura elétrica e de refrigeração por profissional capacitado e certificado pelo fabricante;*
- *Garantia on-site mínima de 5 (cinco) anos, incluindo hardware, software, firmwares e atualizações disponibilizadas pelo fabricante;*
- *Suporte técnico especializado em língua portuguesa, com SLA compatível às necessidades críticas da UEPB;*
- *Treinamento e capacitação formal para a equipe técnica da UEPB, com emissão de certificação oficial;*
- *Manutenção corretiva e preventiva, assegurando substituição de peças, módulos e componentes originais do fabricante;*
- *Documentação técnica detalhada da arquitetura, topologia, configurações e procedimentos;*
- *Sustentabilidade ambiental, por meio de exigência de eficiência energética, conformidade com normas internacionais (Energy Star, RoHS) e logística reversa dos equipamentos substituídos.*

3.3. A descrição pormenorizada das necessidades e requisitos encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), apêndice integrante deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade:

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade inseridos na descrição do objeto, a presente contratação deverá observar os seguintes requisitos mínimos, em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (CGU/AGU, 2024) e demais legislações aplicáveis:

- **Eficiência energética:** os switches e transceivers a serem fornecidos deverão possuir certificações ou atender a normas internacionais de eficiência energética, tais como Energy Star ou equivalentes, visando à redução do consumo de energia elétrica e ao menor impacto ambiental durante sua operação.



- Restrição de substâncias nocivas: os equipamentos deverão estar em conformidade com normas de proteção ambiental internacionalmente reconhecidas, como a RoHS (Restriction of Hazardous Substances), assegurando a não utilização de metais pesados ou substâncias tóxicas em sua fabricação.
- Logística reversa e descarte adequado: o fornecedor deverá apresentar plano ou comprovar participação em programa de logística reversa, responsabilizando-se pelo recolhimento e destinação ambientalmente adequada dos equipamentos substituídos, embalagens e componentes, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).
- Redução da pegada de carbono: priorizar equipamentos com tecnologias de baixo impacto ambiental em seu ciclo de vida, desde a fabricação até o descarte, favorecendo práticas sustentáveis e mitigando a emissão de gases de efeito estufa.
- Responsabilidade socioambiental: o fornecedor deverá demonstrar boas práticas de governança e de responsabilidade socioambiental em sua cadeia de fornecimento, incluindo respeito às normas trabalhistas e à legislação ambiental vigente.

4.1.2. Indicação de Marcas ou Modelos

- A presente justificativa baseia-se no Art. 41, inciso I, da Lei Nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a implementar a padronização para assegurar a compatibilidade de especificações técnicas ou de desempenho entre os bens adquiridos e aqueles já em uso.
- A infraestrutura de rede da Universidade Estadual da Paraíba está intrinsecamente conectada aos serviços providos pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). Os equipamentos de borda e core de rede que realizam essa interconexão, bem como a maior parte da nossa infraestrutura interna legada, serão substituídos no primeiro trimestre pela marca Huawei. Este cenário estabelece um ecossistema tecnológico predominante que define as especificações técnicas e os protocolos de operação da rede atual.
- A aquisição de switches da marca Huawei é tecnicamente justificada pela necessidade imperativa de manter a compatibilidade técnica e garantir o desempenho da rede, pelos seguintes motivos:

Compatibilidade de Gerenciamento Unificado: A principal vantagem da padronização, neste caso, é a manutenção de uma plataforma de gerenciamento de rede (NMS) unificada. A infraestrutura existente será monitorada pelo software Zabbix e gerenciada através da solução iMaster NCE, que permite o provisionamento centralizado, monitoramento de topologia, aplicação de políticas de segurança (QoS, ACLs) e automação de rotinas de forma coesa.

Mitigação de Riscos de Interoperabilidade: A introdução de equipamentos de outro fabricante (multi-vendor) elevaria exponencialmente a complexidade da rede. Isso exigiria a implementação de protocolos de interoperabilidade, que nem sempre cobrem 100% das funcionalidades proprietárias otimizadas, aumentando o risco de falhas de comunicação, degradação de performance e latência.



Eficiência Operacional e Desempenho: A homogeneidade de fabricantes assegura que toda a rede opere sob a mesma arquitetura e sistema operacional (ex: VRP - Versatile Routing Platform da Huawei). Isso se traduz em: facilidade no Troubleshooting: A equipe técnica, já capacitada na plataforma Huawei, pode diagnosticar e solucionar problemas de forma ágil, reduzindo o tempo de parada (downtime); consistência de Desempenho: Garante que funcionalidades avançadas (como empilhamento inteligente, protocolos de redundância e gerenciamento de VLANs) operem de forma otimizada e previsível, conforme projetado pelo fabricante; redução de Custos Indiretos: Evita a necessidade de investimentos adicionais em novas ferramentas de gerenciamento (para o novo fabricante) e em capacitação técnica extensiva para a equipe em múltiplas plataformas.

- A "facilidade de gerenciamento" mencionada não é uma mera conveniência administrativa, mas sim um requisito de compatibilidade técnica e de desempenho. A introdução de outra marca quebraria a compatibilidade com a plataforma de gerenciamento existente, degradaria o desempenho pela complexidade de interoperabilidade e aumentaria os riscos operacionais.
- Portanto, para garantir a plena compatibilidade técnica e a manutenção do desempenho da rede, em conformidade com o Art. 41, I, da Lei 14.133/2021, justifica-se a padronização na marca Huawei para a presente aquisição.

4.2. Da exigência de amostra

- 4.2.1. Não será exigida a apresentação de amostra, considerando que o objeto da contratação refere-se a equipamentos de rede com características técnicas objetivas e padronizadas, plenamente descritas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar. A verificação da conformidade será realizada por meio da análise das propostas, documentação técnica do fabricante, catálogos oficiais e atestados de compatibilidade, bem como por ocasião do recebimento provisório e definitivo dos bens.

4.3. Da exigência de carta de solidariedade

- 4.3.1. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.
- 4.3.2. A exigência fundamenta-se na necessidade de mitigar riscos contratuais, garantindo que a Administração Pública não fique desamparada em relação à assistência técnica e ao suporte do fabricante. Tal medida assegura a continuidade da operação da infraestrutura de rede, além de estar em conformidade com os princípios da segurança jurídica, eficiência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.



4.4. Subcontratação

4.4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.5. Garantia da contratação

4.5.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. Exigências quanto ao produto ofertado

4.6.1. Na fase de julgamento da proposta, o licitante deverá comprovar de forma inequívoca a aderência da solução ofertada às especificações técnicas detalhadas anexo deste termo de Referência as Especificação Técnica do ETP, mediante apresentação dos seguintes documentos e evidências:

4.6.2. Conformidade técnica:

4.6.2.1. A proposta deverá demonstrar o atendimento a todas as especificações técnicas detalhadas, informando de forma clara o local (página/linha) em que cada requisito está descrito nos documentos oficiais do fabricante.

4.6.3. Datasheet oficial:

4.6.3.1. Deverá ser anexado datasheet original emitido pelo fabricante, contendo versão atualizada e disponível em site oficial, que comprove todas as características exigidas.

4.6.4. Identificação clara da solução ofertada:

4.6.4.1. A proposta deverá conter marca, modelo e código comercial (SKU/part number) dos equipamentos e módulos ofertados, de forma precisa, sem possibilidade de ambiguidade.



4.6.5. Declaração de procedência e linha de produção:

4.6.5.1. Declaração do fabricante de que os equipamentos ofertados são novos, de primeiro uso, em linha de produção e com suporte vigente, vedada a oferta de equipamentos descontinuados, remanufaturados ou em fim de vida.

4.6.6. Carta de Solidariedade:

4.6.6.1. No caso de revendedores ou distribuidores, apresentação de Carta de Solidariedade emitida pelo fabricante, assegurando fornecimento, suporte e responsabilidade solidária durante toda a vigência do contrato.

4.6.7. Comprovação de garantia e suporte técnico:

4.6.7.1. Declaração formal do fabricante de que os equipamentos ofertados possuem garantia on-site mínima de 5 (cinco) anos, bem como suporte técnico oficial no Brasil.

4.6.8. Equipe técnica certificada e experiente:

4.6.8.1. O fornecedor deverá comprovar que dispõe de profissionais certificados pelo fabricante da solução ofertada, com experiência comprovada em implantação e suporte de redes corporativas de grande porte, apresentando currículos resumidos, certificados oficiais válidos e declarações de experiência em projetos similares.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Entrega

5.1.1. O prazo de entrega dos bens é de 45 (quarenta e cinco) dias, contados do(a) da assinatura do contrato OU ordem de compra.

5.1.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Av. Dr. Francisco Pinto, nº 734, Bairro Universitário, Campina Grande - PB. CEP: 58109-783**, nos horários das **8:00hs às 11:00hs e das 14:00hs às 17:00hs**, de **segunda a sexta-feira**, em dias úteis. O contato com o Setor de Patrimônio poderá ser mantido pelo e-mail: **patrimonio@setor.uepb.edu.br**.

5.2. Garantia, manutenção e assistência técnica



- 5.2.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.2.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- 5.2.3. A garantia será prestada com vistas a manter os bens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 5.2.4. Os bens que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídos por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.2.5. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do bem das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 5.2.6. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.2.7. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar um bem equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 5.2.8. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos bens.
- 5.2.9. Quando necessário, o custo referente ao transporte dos bens cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 5.2.10. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.



6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.;
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VI);
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, II); Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, III);
- 6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, IV);
- 6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, V)



- 6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VII).

Fiscalização Administrativa

- 6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, I e II);
- 6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ((Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, IV)).

Gestor do Contrato

- 6.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, IV);
- 6.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, II);
- 6.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, III);
- 6.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, III);



- 6.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, X);
- 6.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, III);
- 6.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Obrigações gerais

- a) entregar o objeto da contratação na forma ajustada e de acordo com as especificações do Termo de Referência;
- b) manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comunicando imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração que venha a ocorrer em relação a essas exigências;
- c) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do ajuste;
- d) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas, bem como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) permitir a fiscalização pelo CONTRATANTE e atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior;
- f) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;
- g) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;
- h) manter atualizado o contrato social, bem como seus dados, especialmente endereço, telefone e e-mail, durante toda a vigência do ajuste, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração;
- i) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);



j) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

k) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

Sanções

6.21. Poderão ser aplicadas sanções de natureza moratória e punitiva diante do não cumprimento das cláusulas contratuais:

- a) multa por atraso: 1% (um por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 20 (vinte) dias;
- b) advertência;
- c) multa compensatória: 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;
- d) impedimento de licitar e contratar por até 03 (três) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.



7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 7.1.2. Receber o objeto da contratação direta no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 7.1.3. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;
- 7.1.4. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;
- 7.1.5. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;
- 7.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 7.1.7. Prever, no edital de licitação e no contrato administrativo de execução ou fornecimento - CTEF, que a responsabilidade pela qualidade dos materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readaptações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado;
- 7.1.8. Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:



- 8.1.1. Efetuar entrega do objeto em perfeitas condições, semanalmente, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 8.1.2. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
- 8.1.3. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;
- 8.1.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;
- 8.1.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;
- 8.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 8.1.8. Responsabilizar-se pela qualidade dos materiais e/ou serviços executados/fornecidos, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto conveniado;
- 8.1.9. Permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis da empresa contratada;
- 8.1.10. Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento



9.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

9.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

9.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento; O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

9.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

9.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022;

9.7.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.7.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:



- 9.1.1.1. o prazo de validade;
- 9.1.1.2. a data da emissão;
- 9.1.1.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 9.1.1.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 9.1.1.5. o valor a pagar;
- 9.1.1.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis
- 9.1.1.6.1. Se o destaque de retenção de imposto de renda se enquadra nas hipóteses da IN RFB nº 1.234/2012.

9.7.3. Se o fornecedor/contratado for empresa do Estado da Paraíba, não Optante pelo Simples, os responsáveis pelo recebimento e pagamento verificarão se o documento fiscal foi emitido nos termos do Art. 6º do Decreto nº 37.237, de 2017 (Isenção do ICMS), com a demonstração expressa do valor correspondente à isenção do ICMS deduzido do preço ofertado constante da proposta vencedora da licitação, rejeitando-o quando não atender ao referido normativo;

9.7.4. O valor da nota fiscal deverá ser idêntico ao valor do preço líquido demonstrado na planilha anexada à proposta final apresentada na licitação;

9.7.5. Observar as disposições da INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SEAD/CGE Nº 01/2016 (SIGBP PB);

9.7.6. No caso de bens adquiridos com entregas parceladas, a liquidação e pagamento deverão observar as disposições da PORTARIA CONJUNTA Nº 001/2022-CGESEAD-SEFAZ, de 04 de agosto de 2022;

9.8. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.9. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou SIREF/PB ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.10. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou SIREF/PB e ao Cadastro de Fornecedores Impedido de licitar e Contratar 3 CAFIL/PB para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

9.11. Constatando-se, junto ao SICAF ou SIREF e ao CAFIL/PB, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;



9.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

9.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

9.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou SIREF e ao CAFIL/PB.

Prazo de pagamento

9.15. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

9.16. O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, mediante depósito em conta corrente, conforme dados bancários indicados pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente, consideradas as disposições do Decreto Estadual nº 37.693, de 2017;

9.16.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Autorização de Pagamento;

9.16.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

9.16.3. Observar se a retenção do IR se enquadra nas hipóteses previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012;

9.16.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;



9.16.5. Será retido para o Fundo Empreender 1,6% das empresas de médio porte ou superior e 1% das empresas de pequeno porte, nos termos do inciso II, do art. 7º, da Lei nº 10.128/2013.

9.17. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO;

Forma de fornecimento

10.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação técnica

10.3. Para fins de habilitação técnica, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.3.1. Habilitação Jurídica:

10.3.2. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.3.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.3.4. Microempreendedor individual 3 MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual 3 CCMEI;

10.3.5. Sociedade Empresária, sociedade limitada unipessoal 3 SLU ou sociedade identificada com empresa individual de responsabilidade limitada 3 EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.3.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

10.3.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.4. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

10.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.4.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.4.3. Prova de regularidade com a Fazenda do Estado ou do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.4.4. Prova de regularidade com a Secretaria da Receita Municipal ou do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.4.5. Prova de regularidade com o Banco Nacional de Devedores Trabalhistas;

10.4.6. Prova de regularidade com o Ministério da Fazenda vinculada à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

10.5. Previamente à celebração da contratação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

10.5.1. CAFIL-PB: cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a administração pública estadual, mando pela Controladoria-Geral do Estado da Paraíba (<https://cge.pb.gov.br/site/imagens/gsc/cafil-pb.pdf>);

10.5.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas 3 CEIS, mando pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis>)

10.5.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas 3 CNEP, mando pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

10.5.4. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas “7.7.3.2” e “7.7.3.3” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoessapf.apps.tcu.gov.br>).

Qualificação Econômico-Financeira

10.6. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ou de sociedade simples;

10.7. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.8. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

a) A análise da situação financeira do licitante será avaliada pelo(s) Índice (s) de Solvência Geral (SG), Liquidez Geral (LG), e Liquidez Corrente (LC), maiores ou iguais a 1 (um), resultantes da aplicação da(s) fórmula(s) abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial, cujo cálculo, devidamente assinado pelo Contador ou Técnico, deverá acompanhar o Balanço Patrimonial.

$SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$

b) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

c) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos

d) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;

10.9. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente;

Av. Dr Francisco Pinto nº 734, 1º andar, Bairro Universitário, Campina Grande/PB, CEP 58.109-783.

10.10. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

10.11. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

10.12. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, se houver, em plena validade;

10.13. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.14. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.15. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.16. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar: 14

10.17. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.18. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.19. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

10.20. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.21. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

10.22. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

10.23. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação está definido no anexo I deste Termo de Referência.

11.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 42 do Decreto nº 43.759/2023):

11.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.2. decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;


11.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

11.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.


12. ANEXO (S)

10.1. Anexo I – tabela com itens a serem licitados e valor estimado da contratação.

Campina Grande, 05 de fevereiro de 2026.

Documento assinado digitalmente
 MARCELO RICARDO BATISTA DA SILVA
Data: 09/03/2026 10:09:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marcelo Ricardo Batista da Silva
Assistente Administrativo
Mat.: 1.02811-1

Documento assinado digitalmente
 RICARDO SOARES DA SILVA
Data: 09/03/2026 09:59:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ricardo Soares da Silva
Matrícula - 122360-7
Pró Reitor de Planejamento e Orçamento

Anexo I – Tabela com itens a serem licitados

LOTE ÚNICO					
Item	Descrição	Qtd	Und	Valor Unitário	Valor Total
01	<p><u>SWITCH TIPO I C/ 24 PORTAS 1GBE E 4 PORTAS 10G SFP+</u></p> <p>O equipamento deverá contar com garantia On-Site e suporte técnico pelo período mínimo de 60 (sessenta) meses. Deverá ser emitido declaração do fabricante informando a ciência em relação da aquisição desta garantia pela empresa</p> <p>O switch de acesso deve possuir, no mínimo, 24 (vinte e quatro) portas 10/100/1000Base-T, 4 (quatro) portas 10 Gigabit Ethernet SFP+ e 2 (duas) portas dedicadas para empilhamento.</p> <p>O equipamento deve possuir fonte de alimentação interna (AC), garantindo operação estável e confiável sem a necessidade de fontes externas.</p> <p>O equipamento deve possuir capacidade de encaminhamento de pacotes de, no mínimo, 132 Mpps (milhões de pacotes por segundo).</p> <p>O equipamento deve possuir capacidade de comutação de, no mínimo, 128 Gbps (gigabits por segundo).</p> <p>O equipamento deve suportar empilhamento (stacking) com largura de banda de no mínimo 80 Gbps</p> <p>O equipamento deve possuir porta de console do tipo RJ45 para gerenciamento local.</p> <p>O equipamento deve possuir as seguintes dimensões máximas: 43,6 mm (altura) x 442 mm (largura) x 220 mm (profundidade).</p> <p>O equipamento deve possuir formato padrão para instalação em rack 19”,</p>	120	Und	18.193,75	2.183.250,00

	<p>com altura máxima de 1U.</p> <p>O equipamento deve possuir peso máximo de 3,46 kg.</p> <p>O equipamento deve possuir unidade de processamento central (CPU) com frequência mínima de 1,1 GHz.</p> <p>O equipamento deve possuir memória DRAM com capacidade mínima de 2 GB.</p> <p>O equipamento deve suportar alimentação elétrica de 100 V AC a 240 V AC, frequência de 50/60 Hz.</p> <p>O equipamento deve possuir consumo máximo de energia de, no máximo, 37,03 W.</p> <p>O equipamento deve possuir dissipação de calor por ar com ajuste inteligente de velocidade, garantindo refrigeração eficiente e operação estável.</p> <p>O equipamento deve operar em faixa de temperatura ambiente de -40 °C a +70 °C.</p> <p>O equipamento deve possuir tempo médio entre falhas (MTBF) de, no mínimo, 68 anos.</p> <p>O equipamento deve suportar, no mínimo, 32.000 entradas de endereços MAC.</p> <p>O equipamento deve suportar entradas de endereços MAC estáticas, dinâmicas e do tipo blackhole, permitindo controle flexível e seguro da tabela de endereços MAC.</p> <p>O equipamento deve suportar filtragem de pacotes com base em endereços MAC de origem, permitindo controle de acesso e segurança da rede.</p> <p>O equipamento deve suportar limitação de aprendizado de endereços MAC por interface, permitindo controle granular da</p>				
--	---	--	--	--	--

	<p>tabela de endereços MAC e prevenção de sobrecarga da rede.</p> <p>O equipamento deve suportar configuração simultânea de, no mínimo, 4.000 VLANs, garantindo segmentação eficiente e flexível da rede.</p> <p>O equipamento deve suportar configuração simultânea de, no mínimo, 1.000 interfaces VLANif, permitindo gerenciamento eficiente de interfaces lógicas de rede.</p> <p>O equipamento deve suportar VLAN para tráfego de voz (Voice VLAN).</p> <p>O equipamento deve suportar VLAN MUX.</p> <p>O equipamento deve suportar empilhamento de VLAN (VLAN Stacking).</p> <p>O equipamento deve suportar mapeamento de VLAN (VLAN Mapping).</p> <p>O equipamento deve suportar Ethernet Ring Protection Switching (ERPS) conforme padrão G.8032.</p> <p>O equipamento deve suportar Spanning Tree Protocol (STP) conforme padrão IEEE 802.1D.</p> <p>O equipamento deve suportar Rapid Spanning Tree Protocol (RSTP) conforme padrão IEEE 802.1w.</p> <p>O equipamento deve suportar Multiple Spanning Tree Protocol (MSTP) conforme padrão IEEE 802.1s.</p> <p>O equipamento deve suportar proteção contra BPDUs (BPDU Protection).</p> <p>O equipamento deve suportar proteção de root (Root Protection).</p> <p>O equipamento deve suportar proteção contra loops (Loop Protection).</p> <p>O equipamento deve suportar túnel</p>			
--	---	--	--	--

	<p>BPDU (BPDU Tunnel).</p> <p>O equipamento deve suportar Link Layer Discovery Protocol (LLDP).</p> <p>O equipamento deve suportar LLDP-MED.</p> <p>O equipamento deve suportar IEEE 802.1ag.</p> <p>O equipamento deve suportar IEEE 802.3ah.</p> <p>O equipamento deve suportar ITU-T Y.1731.</p> <p>O equipamento deve suportar (PIM-DM).</p> <p>O equipamento deve suportar (PIM-SM).</p> <p>O equipamento deve suportar (PIM-SSM).</p> <p>O equipamento deve suportar IGMPv1, IGMPv2 e IGMPv3.</p> <p>O equipamento deve suportar IGMPv1/v2/v3 Snooping.</p> <p>O equipamento deve suportar MLD Snooping.</p> <p>O equipamento deve suportar balanceamento de multicast.</p> <p>O equipamento deve suportar VLAN multicast (Multicast VLAN).</p> <p>O equipamento deve suportar entradas estáticas de endereços MAC multicast (Multicast Static MAC).</p> <p>O equipamento deve suportar o protocolo de roteamento RIP.</p> <p>O equipamento deve suportar o protocolo de roteamento RIPv2.</p> <p>O equipamento deve suportar OSPFv2.</p> <p>O equipamento deve suportar OSPFv3.</p> <p>O equipamento deve suportar VRRPv4.</p> <p>O equipamento deve suportar VRRPv6.</p> <p>O equipamento deve suportar rotas estáticas (Static Route).</p> <p>O equipamento deve suportar políticas de roteamento (Routing Policy).</p>				
--	--	--	--	--	--

	<p>O equipamento deve suportar no mínimo 4.096 entradas FIB IPv4.</p> <p>O equipamento deve suportar no mínimo 1.024 entradas FIB IPv6.</p> <p>O equipamento deve suportar até 1.024 entradas ND (Neighbor Discovery).</p> <p>O equipamento deve suportar Path MTU.</p> <p>O equipamento deve suportar ferramentas de diagnóstico IPv6, IPv6 ping, IPv6 tracer, e IPv6 Telnet.</p> <p>O equipamento deve suportar LACP (Link Aggregation Control Protocol).</p> <p>O equipamento deve suportar VRRP.</p> <p>O equipamento deve suportar BFD.</p> <p>O equipamento deve suportar no mínimo 2.000 regras por ACL IPv4.</p> <p>O equipamento deve suportar no mínimo 2.000 regras por ACL IPv6.</p> <p>O equipamento deve suportar limitação de taxa (Rate Limiting).</p> <p>O equipamento deve suportar prioridade DSCP.</p> <p>O equipamento deve suportar proteção contra ataques DoS, ARP e ICMP.</p> <p>O equipamento deve suportar isolamento de portas.</p> <p>O equipamento deve suportar port security.</p> <p>O equipamento deve suportar limitação do número de endereços MAC aprendidos por porta.</p> <p>O equipamento deve suportar autenticação IEEE 802.1X e limitação do número de usuários por interface.</p> <p>O equipamento deve suportar autenticação por portal (Portal Authentication).</p> <p>O equipamento deve suportar autenticação AAA (Authentication, Authorization, and Accounting).</p>				
--	---	--	--	--	--

	<p>O equipamento deve suportar autenticação RADIUS.</p> <p>O equipamento deve suportar autenticação HWTACACS ou equivalente.</p> <p>O equipamento deve suportar SSH versão 2.0.</p> <p>O equipamento deve suportar proteção de CPU (CPU Defense).</p> <p>O equipamento deve suportar funções DHCP cliente.</p> <p>O equipamento deve suportar funções DHCP relay.</p> <p>O equipamento deve suportar funções DHCP server.</p> <p>O equipamento deve suportar funções DHCP snooping.</p> <p>O equipamento deve suportar SNMP v1/v2/v3.</p> <p>O equipamento deve suportar RMON.</p> <p>O equipamento deve suportar SMON.</p> <p>O equipamento deve suportar NetConf/YANG.</p> <p>O equipamento deve suportar configuração e manutenção remotas via Telnet.</p> <p>O equipamento deve suportar 802.3az Energy-Efficient Ethernet (EEE).</p> <p>O equipamento deve suportar espelhamento de porta (Port Mirroring).</p> <p>O equipamento deve suportar sFlow.</p> <p>O equipamento deve suportar VBST (compatível com PVST, PVST+ e RPVST).</p> <p>Deve ser equipamento novo, sem uso, e, quando da entrega, o modelo correspondente deve estar em linha de produção pelo fabricante.</p> <p>Deve ser acompanhado de todos os cabos específicos para seu funcionamento (cabo console, cabo alimentação).</p>			
--	---	--	--	--

	<p>Deve ser acompanhado de documentação técnica e manuais contendo informações suficientes que possibilitem a instalação, configuração e operacionalização do equipamento.</p> <p>Deve ser acompanhado de todos os cabos específicos para seu funcionamento (cabo console, cabo alimentação).</p> <p>Deve ser acompanhado de documentação técnica e manuais contendo informações suficientes para possibilitar a instalação, configuração e operacionalização do equipamento.</p> <p>Deve acompanhar um par de suporte tipo orelha, com parafusos de fixação no switch, em quantidades compatíveis com o modelo de furação e 4 (quatro) conjuntos, compostos por uma porca M5, com encaixe gaiola e um parafuso com cabeça redonda tipo panela com base chata, com fenda do tipo philips, para fixação em rack.</p> <p>O fabricante da solução proposta deve ter sido listado no Quadrante Mágico do Gartner para infraestrutura de LAN com fio e sem fio nos últimos dois anos.</p> <p>O fabricante da solução deverá ser membro da TSANet (Technical Support Alliance Network) na categoria "Elite" ou "Premium", garantindo integração eficaz com suporte de terceiros em ambientes heterogêneos.</p> <p>Não será permitida a participação de revendedores ou fabricantes que comercializem equipamentos de terceiros apenas com rebranding (OEM), sendo obrigatória a apresentação de documentação que comprove desenvolvimento e</p>			
--	---	--	--	--

	<p>fabricação própria da solução ofertada.</p> <p>O fabricante da solução deve possuir escritório próprio ou filial com equipe técnica e comercial estabelecida em território nacional, garantindo suporte local em língua portuguesa.</p>				
02	<p><u>SWITCH TIPO II C/ 24 PORTAS PoE 1GBE E 4 PORTAS 10G SFP+</u></p> <p>O equipamento deverá contar com garantia On-Site e suporte técnico pelo período mínimo de 60 (sessenta) meses. Deverá ser emitido declaração do fabricante informando a ciência em relação da aquisição desta garantia pela empresa</p> <p>O switch de acesso deve possuir, no mínimo, 24 (vinte e quatro) portas 10/100/1000Base-T, 4 (quatro) portas 10 Gigabit Ethernet SFP+ e 2 (duas) portas 12GE dedicadas para empilhamento.</p> <p>O equipamento deve ser compatível com a norma IEEE 802.3af, fornecendo até 15,4 W por porta, em pelo menos 24 portas PoE simultâneas.</p> <p>O equipamento deve possuir potência PoE disponível de, no mínimo, 400 W.</p> <p>O equipamento deve possuir fonte de alimentação interna (AC), garantindo operação estável e confiável sem a necessidade de fontes externas.</p> <p>O equipamento deve possuir capacidade de encaminhamento de pacotes de, no mínimo, 132 Mpps (milhões de pacotes por segundo).</p> <p>O equipamento deve possuir capacidade de comutação de, no mínimo, 176 Gbps (gigabits por segundo).</p> <p>O equipamento deve suportar empilhamento (stacking) com largura</p>	10	Und	20.508,29	205.082,90

	<p>de banda de no mínimo 80 Gbps.</p> <p>O equipamento deve possuir porta de console do tipo RJ45 para gerenciamento local.</p> <p>O equipamento deve possuir as seguintes dimensões máximas: 43,6 mm (altura) x 442 mm (largura) x 220 mm (profundidade).</p> <p>O equipamento deve possuir formato padrão para instalação em rack 19", com altura máxima de 1U.</p> <p>O equipamento deve possuir peso máximo de 3,81 kg.</p> <p>O equipamento deve possuir unidade de processamento central (CPU) com frequência mínima de 1,1 GHz.</p> <p>O equipamento deve possuir memória DRAM com capacidade mínima de 2 GB.</p> <p>O equipamento deve suportar alimentação elétrica de 100 V AC a 240 V AC, frequência de 50/60 Hz.</p> <p>O equipamento deve possuir consumo máximo de energia de, no máximo, 40 W.</p> <p>O equipamento deve possuir dissipação de calor por ar com ajuste inteligente de velocidade, garantindo refrigeração eficiente e operação estável.</p> <p>O equipamento deve operar em faixa de temperatura ambiente de -40 °C a +70 °C.</p> <p>O equipamento deve possuir tempo médio entre falhas (MTBF) de, no mínimo, 58 anos.</p> <p>O equipamento deve suportar, no mínimo, 32.000 entradas de endereços MAC.</p> <p>O equipamento deve suportar entradas de endereços MAC estáticas, dinâmicas e do tipo blackhole, permitindo controle flexível e seguro</p>				
--	--	--	--	--	--

	<p>da tabela de endereços MAC.</p> <p>O equipamento deve suportar filtragem de pacotes com base em endereços MAC de origem, permitindo controle de acesso e segurança da rede.</p> <p>O equipamento deve suportar limitação de aprendizado de endereços MAC por interface, permitindo controle granular da tabela de endereços MAC e prevenção de sobrecarga da rede.</p> <p>O equipamento deve suportar configuração simultânea de, no mínimo, 4.000 VLANs, garantindo segmentação eficiente e flexível da rede.</p> <p>O equipamento deve suportar configuração simultânea de, no mínimo, 1.000 interfaces VLANif, permitindo gerenciamento eficiente de interfaces lógicas de rede.</p> <p>O equipamento deve suportar VLAN para tráfego de voz (Voice VLAN).</p> <p>O equipamento deve suportar VLAN MUX.</p> <p>O equipamento deve suportar empilhamento de VLAN (VLAN Stacking).</p> <p>O equipamento deve suportar mapeamento de VLAN (VLAN Mapping).</p> <p>O equipamento deve suportar Ethernet Ring Protection Switching (ERPS) conforme padrão G.8032.</p> <p>O equipamento deve suportar Spanning Tree Protocol (STP) conforme padrão IEEE 802.1D.</p> <p>O equipamento deve suportar Rapid Spanning Tree Protocol (RSTP) conforme padrão IEEE 802.1w.</p> <p>O equipamento deve suportar Multiple Spanning Tree Protocol (MSTP)</p>				
--	--	--	--	--	--

	<p>conforme padrão IEEE 802.1s.</p> <p>O equipamento deve suportar proteção contra BPDUs (BPDU Protection).</p> <p>O equipamento deve suportar proteção de root (Root Protection).</p> <p>O equipamento deve suportar proteção contra loops (Loop Protection).</p> <p>O equipamento deve suportar túnel BPDU (BPDU Tunnel).</p> <p>O equipamento deve suportar Link Layer Discovery Protocol (LLDP).</p> <p>O equipamento deve suportar LLDP-MED.</p> <p>O equipamento deve suportar IEEE 802.1ag.</p> <p>O equipamento deve suportar IEEE 802.3ah.</p> <p>O equipamento deve suportar ITU-T Y.1731.</p> <p>O equipamento deve suportar (PIM-DM).</p> <p>O equipamento deve suportar (PIM-SM).</p> <p>O equipamento deve suportar (PIM-SSM).</p> <p>O equipamento deve suportar IGMPv1, IGMPv2 e IGMPv3.</p> <p>O equipamento deve suportar IGMPv1/v2/v3 Snooping.</p> <p>O equipamento deve suportar MLD Snooping.</p> <p>O equipamento deve suportar balanceamento de multicast.</p> <p>O equipamento deve suportar VLAN multicast (Multicast VLAN).</p> <p>O equipamento deve suportar entradas estáticas de endereços MAC multicast (Multicast Static MAC).</p> <p>O equipamento deve suportar o protocolo de roteamento RIP.</p> <p>O equipamento deve suportar o</p>				
--	--	--	--	--	--

	<p>protocolo de roteamento RIPv4.</p> <p>O equipamento deve suportar OSPFv2.</p> <p>O equipamento deve suportar OSPFv3.</p> <p>O equipamento deve suportar VRRPv4.</p> <p>O equipamento deve suportar VRRPv6.</p> <p>O equipamento deve suportar rotas estáticas (Static Route).</p> <p>O equipamento deve suportar políticas de roteamento (Routing Policy).</p> <p>O equipamento deve suportar no mínimo 4.096 entradas FIB IPv4.</p> <p>O equipamento deve suportar no mínimo 1.024 entradas FIB IPv6.</p> <p>O equipamento deve suportar até 1.024 entradas ND (Neighbor Discovery).</p> <p>O equipamento deve suportar Path MTU.</p> <p>O equipamento deve suportar ferramentas de diagnóstico IPv6, IPv6 ping, IPv6 traceroute, e IPv6 Telnet.</p> <p>O equipamento deve suportar LACP (Link Aggregation Control Protocol).</p> <p>O equipamento deve suportar VRRP.</p> <p>O equipamento deve suportar BFD.</p> <p>O equipamento deve suportar no mínimo 2.000 regras por ACL IPv4.</p> <p>O equipamento deve suportar no mínimo 2.000 regras por ACL IPv6.</p> <p>O equipamento deve suportar limitação de taxa (Rate Limiting).</p> <p>O equipamento deve suportar prioridade DSCP.</p> <p>O equipamento deve suportar proteção contra ataques DoS, ARP e ICMP.</p> <p>O equipamento deve suportar isolamento de portas.</p> <p>O equipamento deve suportar port security.</p> <p>O equipamento deve suportar limitação do número de endereços</p>				
--	---	--	--	--	--

	<p>MAC aprendidos por porta.</p> <p>O equipamento deve suportar autenticação IEEE 802.1X e limitação do número de usuários por interface.</p> <p>O equipamento deve suportar autenticação por portal (Portal Authentication).</p> <p>O equipamento deve suportar autenticação AAA (Authentication, Authorization, and Accounting).</p> <p>O equipamento deve suportar autenticação RADIUS.</p> <p>O equipamento deve suportar autenticação HWTACACS ou equivalente.</p> <p>O equipamento deve suportar SSH versão 2.0.</p> <p>O equipamento deve suportar proteção de CPU (CPU Defense).</p> <p>O equipamento deve suportar funções DHCP cliente.</p> <p>O equipamento deve suportar funções DHCP relay.</p> <p>O equipamento deve suportar funções DHCP server.</p> <p>O equipamento deve suportar funções DHCP snooping.</p> <p>O equipamento deve suportar SNMP v1/v2/v3.</p> <p>O equipamento deve suportar RMON.</p> <p>O equipamento deve suportar SMON.</p> <p>O equipamento deve suportar NetConf/YANG.</p> <p>O equipamento deve suportar configuração e manutenção remotas via Telnet.</p> <p>O equipamento deve suportar 802.3az Energy-Efficient Ethernet (EEE).</p> <p>O equipamento deve suportar espelhamento de porta (Port Mirroring).</p> <p>O equipamento deve suportar sFlow.</p> <p>O equipamento deve suportar VBST</p>				
--	---	--	--	--	--

	<p>(compatível com PVST, PVST+ e RPVST).</p> <p>Deve ser equipamento novo, sem uso, e, quando da entrega, o modelo correspondente deve estar em linha de produção pelo fabricante.</p> <p>Deve ser acompanhado de todos os cabos específicos para seu funcionamento (cabo console, cabo alimentação).</p> <p>Deve ser acompanhado de documentação técnica e manuais contendo informações suficientes que possibilitem a instalação, configuração e operacionalização do equipamento.</p> <p>Deve ser acompanhado de todos os cabos específicos para seu funcionamento (cabo console, cabo alimentação).</p> <p>Deve ser acompanhado de documentação técnica e manuais contendo informações suficientes para possibilitar a instalação, configuração e operacionalização do equipamento.</p> <p>Deve acompanhar um par de suporte tipo orelha, com parafusos de fixação no switch, em quantidades compatíveis com o modelo de furação e 4 (quatro) conjuntos, compostos por uma porca M5, com encaixe gaiola e um parafuso com cabeça redonda tipo panela com base chata, com fenda do tipo philips, para fixação em rack.</p> <p>O fabricante da solução proposta deve ter sido listado no Quadrante Mágico do Gartner para infraestrutura de LAN com fio e sem fio nos últimos dois anos.</p> <p>O fabricante da solução deverá ser membro da TSANet (Technical Support Alliance Network) na categoria "Elite"</p>			
--	---	--	--	--

	<p>ou "Premium", garantindo integração eficaz com suporte de terceiros em ambientes heterogêneos.</p> <p>Não será permitida a participação de revendedores ou fabricantes que comercializem equipamentos de terceiros apenas com rebranding (OEM), sendo obrigatória a apresentação de documentação que comprove desenvolvimento e fabricação própria da solução ofertada.</p> <p>O fabricante da solução deve possuir escritório próprio ou filial com equipe técnica e comercial estabelecida em território nacional, garantindo suporte local em língua portuguesa.</p>				
03	<p><u>SWITCH TIPO III C/ 48 PORTAS 1GBE E 4 PORTAS 10G SFP+</u></p> <p>O equipamento deverá contar com garantia On-Site e suporte técnico pelo período mínimo de 60 (sessenta) meses. Deverá ser emitido declaração do fabricante informando a ciência em relação da aquisição desta garantia pela empresa</p> <p>O switch de acesso deve possuir, no mínimo, 24 (vinte e quatro) portas 10/100/1000Base-T, 4 (quatro) portas 10 Gigabit Ethernet SFP+ e 2 (duas) portas 12GE dedicadas para empilhamento.</p> <p>O equipamento deve possuir fonte de alimentação interna (AC), garantindo operação estável e confiável sem a necessidade de fontes externas.</p> <p>O equipamento deve possuir capacidade de encaminhamento de pacotes de, no mínimo, 168 Mpps (milhões de pacotes por segundo).</p> <p>O equipamento deve possuir capacidade de comutação de, no mínimo, 176 Gbps (gigabits por</p>	25	Und	22.199,10	554.977,50

	<p>segundo).</p> <p>O equipamento deve suportar empilhamento (stacking) com largura de banda de no mínimo 80 Gbps.</p> <p>O equipamento deve possuir porta de console do tipo RJ45 para gerenciamento local.</p> <p>O equipamento deve possuir as seguintes dimensões máximas: 43,6 mm (altura) x 442 mm (largura) x 220 mm (profundidade).</p> <p>O equipamento deve possuir formato padrão para instalação em rack 19", com altura máxima de 1U.</p> <p>O equipamento deve possuir peso máximo de 3,7 kg.</p> <p>O equipamento deve possuir unidade de processamento central (CPU) com frequência mínima de 1,1 GHz.</p> <p>O equipamento deve possuir memória DRAM com capacidade mínima de 2 GB.</p> <p>O equipamento deve suportar alimentação elétrica de 100 V AC a 240 V AC, frequência de 50/60 Hz.</p> <p>O equipamento deve possuir consumo máximo de energia de, no máximo, 50 W.</p> <p>O equipamento deve possuir dissipação de calor por ar com ajuste inteligente de velocidade, garantindo refrigeração eficiente e operação estável.</p> <p>O equipamento deve operar em faixa de temperatura ambiente de -40 °C a +70 °C.</p> <p>O equipamento deve possuir tempo médio entre falhas (MTBF) de, no mínimo, 38 anos.</p> <p>O equipamento deve suportar, no mínimo, 32.000 entradas de endereços MAC.</p> <p>O equipamento deve suportar</p>				
--	--	--	--	--	--

	<p>entradas de endereços MAC estáticas, dinâmicas e do tipo blackhole, permitindo controle flexível e seguro da tabela de endereços MAC.</p> <p>O equipamento deve suportar filtragem de pacotes com base em endereços MAC de origem, permitindo controle de acesso e segurança da rede.</p> <p>O equipamento deve suportar limitação de aprendizado de endereços MAC por interface, permitindo controle granular da tabela de endereços MAC e prevenção de sobrecarga da rede.</p> <p>O equipamento deve suportar configuração simultânea de, no mínimo, 4.000 VLANs, garantindo segmentação eficiente e flexível da rede.</p> <p>O equipamento deve suportar configuração simultânea de, no mínimo, 1.000 interfaces VLANif, permitindo gerenciamento eficiente de interfaces lógicas de rede.</p> <p>O equipamento deve suportar VLAN para tráfego de voz (Voice VLAN).</p> <p>O equipamento deve suportar VLAN MUX.</p> <p>O equipamento deve suportar empilhamento de VLAN (VLAN Stacking).</p> <p>O equipamento deve suportar mapeamento de VLAN (VLAN Mapping).</p> <p>O equipamento deve suportar Ethernet Ring Protection Switching (ERPS) conforme padrão G.8032.</p> <p>O equipamento deve suportar Spanning Tree Protocol (STP) conforme padrão IEEE 802.1D.</p> <p>O equipamento deve suportar Rapid Spanning Tree Protocol (RSTP)</p>			
--	---	--	--	--

	<p>conforme padrão IEEE 802.1w.</p> <p>O equipamento deve suportar Multiple Spanning Tree Protocol (MSTP) conforme padrão IEEE 802.1s.</p> <p>O equipamento deve suportar proteção contra BPDUs (BPDU Protection).</p> <p>O equipamento deve suportar proteção de root (Root Protection).</p> <p>O equipamento deve suportar proteção contra loops (Loop Protection).</p> <p>O equipamento deve suportar túnel BPDU (BPDU Tunnel).</p> <p>O equipamento deve suportar Link Layer Discovery Protocol (LLDP).</p> <p>O equipamento deve suportar LLDP-MED.</p> <p>O equipamento deve suportar IEEE 802.1ag.</p> <p>O equipamento deve suportar IEEE 802.3ah.</p> <p>O equipamento deve suportar ITU-T Y.1731.</p> <p>O equipamento deve suportar (PIM-DM).</p> <p>O equipamento deve suportar (PIM-SM).</p> <p>O equipamento deve suportar (PIM-SSM).</p> <p>O equipamento deve suportar IGMPv1, IGMPv2 e IGMPv3.</p> <p>O equipamento deve suportar IGMPv1/v2/v3 Snooping.</p> <p>O equipamento deve suportar MLD Snooping.</p> <p>O equipamento deve suportar balanceamento de multicast.</p> <p>O equipamento deve suportar VLAN multicast (Multicast VLAN).</p> <p>O equipamento deve suportar entradas estáticas de endereços MAC multicast (Multicast Static MAC).</p>				
--	--	--	--	--	--

	<p>O equipamento deve suportar o protocolo de roteamento RIP.</p> <p>O equipamento deve suportar o protocolo de roteamento RIPng.</p> <p>O equipamento deve suportar OSPFv2.</p> <p>O equipamento deve suportar OSPFv3.</p> <p>O equipamento deve suportar VRRPv4.</p> <p>O equipamento deve suportar VRRPv6.</p> <p>O equipamento deve suportar rotas estáticas (Static Route).</p> <p>O equipamento deve suportar políticas de roteamento (Routing Policy).</p> <p>O equipamento deve suportar no mínimo 4.096 entradas FIB IPv4.</p> <p>O equipamento deve suportar no mínimo 1.024 entradas FIB IPv6.</p> <p>O equipamento deve suportar até 1.024 entradas ND (Neighbor Discovery).</p> <p>O equipamento deve suportar Path MTU.</p> <p>O equipamento deve suportar ferramentas de diagnóstico IPv6, IPv6 ping, IPv6 tracert, e IPv6 Telnet.</p> <p>O equipamento deve suportar LACP (Link Aggregation Control Protocol).</p> <p>O equipamento deve suportar VRRP.</p> <p>O equipamento deve suportar BFD.</p> <p>O equipamento deve suportar no mínimo 2.000 regras por ACL IPv4.</p> <p>O equipamento deve suportar no mínimo 2.000 regras por ACL IPv6.</p> <p>O equipamento deve suportar limitação de taxa (Rate Limiting).</p> <p>O equipamento deve suportar prioridade DSCP.</p> <p>O equipamento deve suportar proteção contra ataques DoS, ARP e ICMP.</p> <p>O equipamento deve suportar isolamento de portas.</p> <p>O equipamento deve suportar port</p>			
--	--	--	--	--

	<p>security.</p> <p>O equipamento deve suportar limitação do número de endereços MAC aprendidos por porta.</p> <p>O equipamento deve suportar autenticação IEEE 802.1X e limitação do número de usuários por interface.</p> <p>O equipamento deve suportar autenticação por portal (Portal Authentication).</p> <p>O equipamento deve suportar autenticação AAA (Authentication, Authorization, and Accounting).</p> <p>O equipamento deve suportar autenticação RADIUS.</p> <p>O equipamento deve suportar autenticação HWTACACS ou equivalente.</p> <p>O equipamento deve suportar SSH versão 2.0.</p> <p>O equipamento deve suportar proteção de CPU (CPU Defense).</p> <p>O equipamento deve suportar funções DHCP cliente.</p> <p>O equipamento deve suportar funções DHCP relay.</p> <p>O equipamento deve suportar funções DHCP server.</p> <p>O equipamento deve suportar funções DHCP snooping.</p> <p>O equipamento deve suportar SNMP v1/v2/v3.</p> <p>O equipamento deve suportar RMON.</p> <p>O equipamento deve suportar SMON.</p> <p>O equipamento deve suportar NetConf/YANG.</p> <p>O equipamento deve suportar configuração e manutenção remotas via Telnet.</p> <p>O equipamento deve suportar 802.3az Energy-Efficient Ethernet (EEE).</p> <p>O equipamento deve suportar espelhamento de porta (Port</p>				
--	---	--	--	--	--

	<p>Mirroring).</p> <p>O equipamento deve suportar sFlow.</p> <p>O equipamento deve suportar VBST (compatível com PVST, PVST+ e RPVST).</p> <p>Deve ser equipamento novo, sem uso, e, quando da entrega, o modelo correspondente deve estar em linha de produção pelo fabricante.</p> <p>Deve ser acompanhado de todos os cabos específicos para seu funcionamento (cabo console, cabo alimentação).</p> <p>Deve ser acompanhado de documentação técnica e manuais contendo informações suficientes que possibilitem a instalação, configuração e operacionalização do equipamento.</p> <p>Deve ser acompanhado de todos os cabos específicos para seu funcionamento (cabo console, cabo alimentação).</p> <p>Deve ser acompanhado de documentação técnica e manuais contendo informações suficientes para possibilitar a instalação, configuração e operacionalização do equipamento.</p> <p>Deve acompanhar um par de suporte tipo orelha, com parafusos de fixação no switch, em quantidades compatíveis com o modelo de furação e 4 (quatro) conjuntos, compostos por uma porca M5, com encaixe gaiola e um parafuso com cabeça redonda tipo panela com base chata, com fenda do tipo philips, para fixação em rack.</p> <p>O fabricante da solução proposta deve ter sido listado no Quadrante Mágico do Gartner para infraestrutura de LAN com fio e sem fio nos últimos dois anos.</p>				
--	--	--	--	--	--

	<p>O fabricante da solução deverá ser membro da TSANet (Technical Support Alliance Network) na categoria "Elite" ou "Premium", garantindo integração eficaz com suporte de terceiros em ambientes heterogêneos.</p> <p>Não será permitida a participação de revendedores ou fabricantes que comercializem equipamentos de terceiros apenas com rebranding (OEM), sendo obrigatória a apresentação de documentação que comprove desenvolvimento e fabricação própria da solução ofertada.</p> <p>O fabricante da solução deve possuir escritório próprio ou filial com equipe técnica e comercial estabelecida em território nacional, garantindo suporte local em língua portuguesa.</p>				
04	<p><u>SWITCH TIPO IV C/ 24 PORTAS 10GBE SFP+ E 6 PORTAS 40/100G QSFP28</u></p> <p>O equipamento deverá contar com garantia On-Site e suporte técnico pelo período mínimo de 60 (sessenta) meses. Deverá ser emitido declaração do fabricante informando a ciência em relação da aquisição desta garantia pela empresa</p> <p>Deve possuir no mínimo 24 (vinte e quatro) interfaces 10 Gigabit SFP+.</p> <p>Deve possuir no mínimo 6 (seis) interfaces de alta capacidade 40/100 Gigabit QSFP28.</p> <p>O equipamento deve possuir módulos de fonte de alimentação redundantes.</p> <p>O equipamento deve possuir capacidade de encaminhamento de pacotes (forwarding performance) de no mínimo 490 milhões de pacotes por segundo (Mpps).</p> <p>O equipamento deve possuir capacidade de comutação (switching</p>	20	Und	57.456,76	1.149.135,20

	<p>capacity) mínima de 1,68 Tbps.</p> <p>O equipamento deve possuir no máximo as seguintes dimensões físicas: 43,6 mm (altura) x 442,0 mm (largura) x 420,0 mm (profundidade).</p> <p>O equipamento deve possuir formato padrão para instalação em rack 19", com altura máxima de 1U.</p> <p>O equipamento deve possuir peso máximo de 8,5 kg em configuração completa, considerando todos os módulos e materiais de embalagem.</p> <p>O equipamento deve dispor de porta de gerenciamento Ethernet (ETH management port) dedicada.</p> <p>O equipamento deve possuir porta de console do tipo RJ45 para gerenciamento local.</p> <p>O equipamento deve possuir porta USB 2.0.</p> <p>O equipamento deve possuir processador com 4 (quatro) núcleos operando a uma frequência mínima de 1,4 GHz.</p> <p>O equipamento deve possuir memória RAM de, no mínimo, 4 GB.</p> <p>O equipamento deve possuir memória flash interna de, no mínimo, 2 GB.</p> <p>O equipamento deve possuir consumo máximo de energia de até 258 W, considerando 100% de throughput e operação em velocidade total das ventoinhas.</p> <p>O equipamento deve utilizar sistema de dissipação de calor a ar (air-cooled) com ajuste inteligente da velocidade das ventoinhas.</p> <p>O equipamento deve possuir no mínimo 4 (quatro) módulos de ventilação.</p> <p>O equipamento deve operar em faixa de temperatura ambiente de -40 °C a +70 °C.</p>				
--	--	--	--	--	--

	<p>O equipamento deve operar em faixa de umidade relativa de 5% a 95% sem condensação.</p> <p>O equipamento deve operar com nível de ruído igual ou inferior a 89 dB(A) sob condições de alta temperatura.</p> <p>O equipamento deve suportar controle de fluxo (flow control) em suas interfaces.</p> <p>O equipamento deve suportar jumbo frames.</p> <p>O equipamento deve suportar agregação de links (Link Aggregation, LACP).</p> <p>O equipamento deve suportar Device Link Detection Protocol (DLDP).</p> <p>O equipamento deve suportar Link Layer Discovery Protocol (LLDP).</p> <p>O equipamento deve suportar Link Layer Discovery Protocol-Media Endpoint Discovery (LLDP-MED).</p> <p>O equipamento deve suportar isolamento de interfaces.</p> <p>O equipamento deve suportar supressão de tráfego broadcast em interfaces.</p> <p>O equipamento deve suportar supressão de tráfego multicast em interfaces.</p> <p>O equipamento deve suportar supressão de tráfego unicast desconhecido em interfaces.</p> <p>O equipamento deve suportar supressão de tráfego broadcast por VLAN.</p> <p>O equipamento deve suportar supressão de tráfego multicast por VLAN.</p> <p>O equipamento deve suportar supressão de tráfego unicast desconhecido por VLAN.</p> <p>O equipamento deve suportar a configuração de interfaces VLANIF.</p>			
--	--	--	--	--

	<p>O equipamento deve suportar mapeamento de VLAN (VLAN Mapping).</p> <p>O equipamento deve suportar Voice VLAN.</p> <p>O equipamento deve suportar no mínimo 384.000 endereços MAC.</p> <p>O equipamento deve suportar limitação do aprendizado de endereços MAC por interface.</p> <p>O equipamento deve suportar detecção de flapping de endereços MAC.</p> <p>O equipamento deve suportar Port bridge.</p> <p>O equipamento deve suportar no mínimo 140.000 entradas ARP.</p> <p>O equipamento deve suportar Spanning Tree Protocol (STP).</p> <p>O equipamento deve suportar Rapid Spanning Tree Protocol (RSTP).</p> <p>O equipamento deve suportar Multiple Spanning Tree Protocol (MSTP).</p> <p>O equipamento deve suportar Virtual Bridged Spanning Tree (VBST).</p> <p>O equipamento deve suportar BPDU protection.</p> <p>O equipamento deve suportar Root protection.</p> <p>O equipamento deve suportar Loop protection.</p> <p>O equipamento deve suportar Rapid Ring Protection Protocol (RRPP).</p> <p>O equipamento deve suportar roteamento estático IPv4.</p> <p>O equipamento deve suportar Virtual Routing and Forwarding (VRF).</p> <p>O equipamento deve suportar DHCP cliente.</p> <p>O equipamento deve suportar DHCP snooping.</p> <p>O equipamento deve suportar DHCP server.</p>				
--	---	--	--	--	--

	<p>O equipamento deve suportar DHCP relay.</p> <p>O equipamento deve suportar DHCP policy VLAN.</p> <p>O equipamento deve suportar Routing policies.</p> <p>O equipamento deve suportar no mínimo 256.000 rotas IPv4.</p> <p>O equipamento deve suportar o protocolo RIPv1.</p> <p>O equipamento deve suportar o protocolo RIPv2.</p> <p>O equipamento deve suportar OSPF (Open Shortest Path First).</p> <p>O equipamento deve suportar BGP (Border Gateway Protocol).</p> <p>O equipamento deve suportar Policy-based routing (PBR).</p> <p>O equipamento deve suportar IGMPv1/v2/v3.</p> <p>O equipamento deve suportar PIM-DM.</p> <p>O equipamento deve suportar PIM-SM.</p> <p>O equipamento deve suportar MSDP (Multicast Source Discovery Protocol).</p> <p>O equipamento deve suportar no mínimo 64.000 rotas multicast IPv4.</p> <p>O equipamento deve suportar no mínimo 4.000 rotas multicast IPv6.</p> <p>O equipamento deve suportar no mínimo 80K entradas ND (Neighbor Discovery).</p> <p>O equipamento deve suportar ND snooping.</p> <p>O equipamento deve suportar DHCPv6 snooping.</p> <p>O equipamento deve suportar RIPng.</p> <p>O equipamento deve suportar DHCPv6 server.</p> <p>O equipamento deve suportar DHCPv6 relay.</p> <p>O equipamento deve suportar OSPFv3.</p> <p>O equipamento deve suportar BGP4+.</p> <p>O equipamento deve suportar no</p>				
--	--	--	--	--	--

	<p>mínimo 80K rotas IPv6.</p> <p>O equipamento deve suportar VRRP6.</p> <p>O equipamento deve suportar MLDv1/v2.</p> <p>O equipamento deve suportar PIM-DM para IPv6.</p> <p>O equipamento deve suportar PIM-SM para IPv6.</p> <p>O equipamento deve suportar IGMPv1/v2/v3 snooping.</p> <p>O equipamento deve suportar IGMP snooping proxy.</p> <p>O equipamento deve suportar MLD snooping.</p> <p>O equipamento deve implementar o protocolo LDP.</p> <p>O equipamento deve suportar o mapeamento das prioridades 802.1p para prioridades EXP em pacotes MPLS.</p> <p>O equipamento deve suportar o mapeamento de prioridades DSCP para prioridades EXP em pacotes MPLS.</p> <p>O equipamento deve suportar especificação de no mínimo 16.000 LSP.</p> <p>O equipamento deve suportar o estabelecimento de túneis MPLS-TE (Traffic Engineering).</p> <p>O equipamento deve suportar no mínimo 512 túneis MPLS-TE (Traffic Engineering).</p> <p>O equipamento deve suportar grupos de proteção MPLS-TE (Traffic Engineering).</p> <p>O equipamento deve suportar GRE tunneling.</p> <p>O equipamento deve suportar no mínimo 512 túneis GRE.</p> <p>O equipamento deve suportar MPLS L3VPN.</p> <p>O equipamento deve suportar IPSec.</p>				
--	---	--	--	--	--

	<p>O equipamento deve suportar BFD (Bidirectional Forwarding Detection).</p> <p>O equipamento deve suportar empilhamento de no mínimo 9 dispositivos.</p> <p>O equipamento deve suportar largura de banda de empilhamento de no mínimo 1,34 Tbit/s.</p> <p>O equipamento deve suportar no mínimo 6.000 regras por ACL IPv4.</p> <p>O equipamento deve suportar no mínimo 6.000 regras por ACL IPv6.</p> <p>O equipamento deve suportar configuração baseada em interface de linha de comando (CLI).</p> <p>O equipamento deve suportar serviço de terminal Telnet.</p> <p>O equipamento deve suportar SSH versão 2.0.</p> <p>O equipamento deve suportar Port mirroring.</p> <p>O equipamento deve suportar Flow mirroring.</p> <p>O equipamento deve suportar ARP anti-spoofing.</p> <p>O equipamento deve suportar defesa contra ataques ICMP.</p> <p>O equipamento deve suportar IPSG (IP Source Guard) para IPv4.</p> <p>O equipamento deve suportar IPSG (IP Source Guard) para IPv6.</p> <p>O equipamento deve suportar defesa contra ataques direcionados à CPU.</p> <p>O equipamento deve suportar DHCP snooping.</p> <p>O equipamento deve suportar Option 82 function.</p> <p>O equipamento deve suportar autenticação RADIUS.</p> <p>O equipamento deve suportar autenticação e autorização HWTACACS.</p> <p>O equipamento deve suportar</p>			
--	---	--	--	--

	<p>autenticação 802.1X.</p> <p>O equipamento deve suportar autenticação por endereço MAC.</p> <p>O equipamento deve suportar autenticação via Portal.</p> <p>O equipamento deve suportar NetStream.</p> <p>O equipamento deve suportar SNMP v1/v2/v3.</p> <p>O equipamento deve suportar RMON.</p> <p>O equipamento deve suportar RMON2.</p> <p>O equipamento deve suportar NetConf/YANG.</p> <p>O equipamento deve suportar gerenciamento de rede via HTTP/HTTPS.</p> <p>O equipamento deve suportar VXLAN.</p> <p>O equipamento deve suportar VXLAN Layer 2 gateway.</p> <p>O equipamento deve suportar VXLAN Layer 3 gateway.</p> <p>O equipamento deve suportar BGP-EVPN.</p> <p>O equipamento deve suportar BGP-EVPN com capacidade de no mínimo 256 vizinhos.</p> <p>Deve ser equipamento novo, sem uso, e, quando da entrega, o modelo correspondente deve estar em linha de produção pelo fabricante.</p> <p>Deve ser acompanhado de todos os cabos específicos para seu funcionamento (cabo console, cabo alimentação).</p> <p>Deve ser acompanhado de documentação técnica e manuais contendo informações suficientes que possibilitem a instalação, configuração e operacionalização do equipamento.</p> <p>Deve ser acompanhado de todos os cabos específicos para seu funcionamento (cabo console, cabo</p>				
--	--	--	--	--	--

	<p>alimentação).</p> <p>Deve ser acompanhado de documentação técnica e manuais contendo informações suficientes para possibilitar a instalação, configuração e operacionalização do equipamento.</p> <p>Deve acompanhar um par de suporte tipo orelha, com parafusos de fixação no switch, em quantidades compatíveis com o modelo de furação e 4 (quatro) conjuntos, compostos por uma porca M5, com encaixe gaiola e um parafuso com cabeça redonda tipo panela com base chata, com fenda do tipo philips, para fixação em rack.</p> <p>O fabricante da solução proposta deve ter sido listado no Quadrante Mágico do Gartner para infraestrutura de LAN com fio e sem fio nos últimos dois anos.</p> <p>O fabricante da solução deverá ser membro da TSANet (Technical Support Alliance Network) na categoria "Elite" ou "Premium", garantindo integração eficaz com suporte de terceiros em ambientes heterogêneos.</p> <p>Não será permitida a participação de revendedores ou fabricantes que comercializem equipamentos de terceiros apenas com rebranding (OEM), sendo obrigatória a apresentação de documentação que comprove desenvolvimento e fabricação própria da solução ofertada.</p> <p>O fabricante da solução deve possuir escritório próprio ou filial com equipe técnica e comercial estabelecida em território nacional, garantindo suporte local em língua portuguesa.</p>				
05	<u>TRANSCEIVER 10 GBE SFP+ P/ SWITCH TIPO I, II e III.</u>	80	Und	3.069,66	245.572,80

	<p>Deve ser compatível com o Switch Tipo I, II e III.</p> <p>Deve ser próprio para as portas 10GbE.</p> <p>Deve ser próprio para utilização com fibra óptica monomodo e suportar entre 2 e 10 km de distância. Todos os transceivers SFP+ ópticos que operam com fibra devem possuir capacidade de monitoramento do nível de sinal óptico (DOM ou DMM).</p> <p>Deve possuir conectorização LC, compatível com polimento PC/SPC/UPC.</p> <p>Deve implementar o padrão IEEE 802.3-2008 correspondente ao tipo do transceiver, e ter velocidade de canal compatível com a velocidade de interface (10GbE).</p> <p>Deve ser novo, sem uso, e, quando da entrega, o modelo correspondente deve estar em linha de produção pelo fabricante.</p>				
06	<p>Transceiver 1000BASE-T RJ-45 P/ SWITCH TIPO I,II,III e IV</p> <p>Deve possuir interface 1000BASE-TX (padrão IEEE 802.3AB);</p> <p>Deve Possuir conector RJ45;</p> <p>Deve ser novo, sem uso, e, quando da entrega, o modelo correspondente deve estar em linha de produção pelo fabricante.</p>	120	Und	3.556,59	426.790,80
07	<p><u>TRANSCEIVER 10GBE SFP+ P/ SWITCH TIPO IV.</u></p> <p>Deve ser compatível com o Switch Tipo IV.</p> <p>Deve ser próprio para as portas 10GbE.</p> <p>Deve ser próprio para utilização com fibra óptica monomodo e suportar entre 2 e 10 km de distância. Todos os transceivers SFP+ ópticos que operam com fibra devem possuir capacidade de monitoramento do nível de sinal</p>	21	Und	4.462,30	93.708,30

	<p>óptico (DOM ou DMM). Deve possuir conectorização LC, compatível com polimento PC/SPC/UPC. Deve implementar o padrão IEEE 802.3-2008 correspondente ao tipo do transceiver, e ter velocidade de canal compatível com a velocidade de interface (10GbE). Deve ser novo, sem uso, e, quando da entrega, o modelo correspondente deve estar em linha de produção pelo fabricante.</p>				
08	<p><u>TRANSCEIVER 40 GBE QSFP+ P/ SWITCH TIPO IV</u> Deve ser compatível com o Switch Tipo IV. Deve ser próprio para as portas 40GbE. Deve ser próprio para utilização com fibra óptica monomodo e suportar entre 2 e 10 km de distância. Todos os transceivers QSFP+ ópticos que operam com fibra devem possuir capacidade de monitoramento do nível de sinal óptico (DOM ou DMM). Deve possuir conectorização LC, compatível com polimento PC/SPC/UPC. Deve implementar o padrão IEEE 802.3-2008 correspondente ao tipo do transceiver, e ter velocidade de canal compatível com a velocidade de interface (40GbE). Deve ser novo, sem uso, e, quando da entrega, o modelo correspondente deve estar em linha de produção pelo fabricante.</p>	20	Und	5.595,31	111.906,20
09	<p><u>TRANSCEIVER 100 GBE QSFP+ P/ SWITCH TIPO IV</u> Deve ser totalmente compatível com o Switch Tipo IV. Deve ser próprio para utilização em</p>	20	Und	5.691,03	113.820,60

	<p>portas 100 GbE.</p> <p>Deve ser adequado para uso com fibra óptica monomodo e suportar entre 2 e 10 km de distância. Todos os transceivers QSFP28 ópticos que operam com fibra devem possuir capacidade de monitoramento do nível de sinal óptico (DOM ou DDM).</p> <p>Deve possuir conectorização LC, compatível com polimento PC/SPC/UPC.</p> <p>Deve implementar o padrão IEEE 802.3ba ou superior, correspondente ao tipo do transceiver, e possuir velocidade de canal compatível com a interface 100 GbE; Deve ser novo, sem uso, e, no momento da entrega, o modelo correspondente deve estar em linha de produção pelo fabricante.</p>				
10	<p>Cabo AOC (Active Optical Cable) 100Gbps QSFP28 para QSFP28 P/ SWITCH TIPO IV</p> <p>Deve ser compatível com o padrão QSFP28 de 100Gbps em ambas as extremidades;</p> <p>Deve possuir comprimento mínimo de 3 metros;</p> <p>Tipo do Cabo: Multi-Mode Fiber (MMF) OM3;</p> <p>Comprimento de Onda de 850 nm (VCSEL PIN RECEIVER);</p> <p>Faixa de temperatura de pelo menos 0° ~ +70°C;</p> <p>MTBF mínimo de 1.000.000 Horas;</p> <p>Deve possuir suporte ao padrão DOM/DDM (Digital Optical Monitoring/Digital Diagnostic Monitoring);</p> <p>Deve ser novo, sem uso, e, no momento da entrega, o modelo correspondente deve estar em linha de produção pelo fabricante.</p>	80	Und	3.069,66	245.572,80

Valor total: R\$ 5.329.817,10 (5 milhões, trezentos e vinte e nove mil, oitocentos e dezessete reais e dez centavos)

Documento Digitalizado Público

Termo de Referência

Assunto: Termo de Referência
Assinado por: Marcelo
Tipo do Documento: Licitações - Lei nº 14.133/21
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Marcelo Ricardo Batista da Silva, Assessor de Pró-Reitoria - Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento**, em 09/03/2026 10:15:08.

Este documento foi armazenado no SUAP em 09/03/2026. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.uepb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 627986
Código de Autenticação: 3a4c534fb7





UEPB

CONTRATO Nº XXXX/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55000.002339.2026-80

CONTRATO ADMINISTRATIVO,
QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA (UEPB) E A EMPRESA
XXXXXXX.

A **UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB**, autarquia estadual, com sede na Rua Baraúnas, 351, Bairro Universitário, CEP 58.429-500, na cidade de Campina Grande/PB, inscrita no CNPJ sob o nº **12.671.814/0001-37**, neste ato representada pela Reitora **Profª. Drª CÉLIA REGINA DINIZ**, nomeada pelo Ato Governamental nº 2.936, de 12 de novembro de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado da Paraíba de 13 de novembro de 2024 (Edição nº 18.229), portadora da Matrícula Funcional nº 122.514-6, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº **55000.002339.2026-80** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico Nº 90007/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art.92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ESTRUTURAÇÃO DE REDE DE INFORMÁTICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB, através do Convênio nº 962464-2024**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;



UEPB

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL DE ENTREGA

2.1. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Av. Dr. Francisco Pinto, nº 734, Bairro Universitário, Campina Grande - PB. CEP: 58109-783, nos horários das 8:00hs às 11:00hs e das 14:00hs às 17:00hs, de segunda a sexta feira, em dias úteis. O contato com o Setor de Patrimônio poderá ser mantido pelo e-mail: patrimonio@setor.uepb.edu.br.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1 O valor total da contratação é de R\$ ----- (-----).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da UEPB deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

4.2. Classificação Programática: XXXXX.XX.XXX.XXXX.XXXX

Elementos da Despesa: XX.XX.XX.XX

Fonte de Recurso: XXX

Reserva: XX

4.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO (art.92, V e VI)

5.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5.2. Haverá retenção do imposto de Renda conforme determina a IN RFB 1234/2012 salvo exceções previsto no art. 4º da referida Instrução Normativa.



UEPB

5.3. No ato da emissão da Nota Fiscal é necessário observar o que determina a IN RFB 1234/2012.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 04/03/2026 .

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA– VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses consecutivos ou até a execução plena do objeto, aquela que ocorrer primeiro, observando-se a possibilidade de prorrogação automática prevista no art. 111 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

8.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA NONA – SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1 De acordo com o Art. 156 da Lei 14.133/21 serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de

penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10. A CONTRATADA que, no decorrer da contratação, cometer qualquer das infrações previstas na Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ficará sujeita as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;



UEPB

10.1.2. Multa moratória de até 1 % (um) por cento por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 10 (dez) dias;

10.1.3. Multa compensatória de até 10 % (dez) por cento sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total;

10.1.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.1.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a UEPB, pelo prazo de até dois anos;

10.1.6. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual e o consequente descredenciamento do Registro Cadastral do Estado, pelo prazo de até cinco anos;

10.1.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

10.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se no que couber as disposições da Lei nº 14.133 de 2021;

10.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.4. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

10.5. As penalidades previstas nos subitens 10.1.5 a 10.1.7. importarão na inclusão da contratada no Cadastro de Fornecedores Impedidos de licitar e Contratar com o Estado da Paraíba-CAFIL/PB.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art.92, X, XI e XIV)

11.1. São obrigações do Contratante:

11.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

11.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

11.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.10.1. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta dias), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da entrega de todos os comprovantes de variação dos custos e documentação devida pelo contrato.

11.11.1. O prazo referido no §5º deste artigo ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos.

11.12. Quando houver prestação de garantia, notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

12.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

12.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

12.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

12.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

12.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF e/ou no SIREF PB, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

12.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

12.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.



UEPB

12.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

12.23. Permitir o livre acesso de servidores do ministério CONCEDENTE (que repassará os recursos financeiros provenientes do convênio nº Transfere Gov.br **Convênio nº 962464/2024**), bem como dos órgãos de controle, aos seus documentos e registros contábeis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art.131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da procuradoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL DO BEM

16.1 As condições da garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica estão disciplinadas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 6º, §3º, inciso V, do Decreto nº 33.050, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da comarca de Campina Grande/PB para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

CONTRATANTE:

Prof. Dr^a. CÉLIA REGINA DINIZ
REITORA UEPB
MATRÍCULA Nº 122.514-6

CONTRATADA:

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

CPF:

RG:

CPF:

RG:

Documento Digitalizado Público

MINUTA DE CONTRATO

Assunto: MINUTA DE CONTRATO
Assinado por: José
Tipo do Documento: Contrato
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ **José Humberto Lopes de Medeiros, Assistente Técnico**, em 20/03/2026 07:01:32.

Este documento foi armazenado no SUAP em 20/03/2026. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.uepb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 633670

Código de Autenticação: bf9886b1ab

